

PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. - PPSA

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2014 - FORMA CURTA



Março/2015

O presente relatório está dividido nas seguintes seções:

	Pág.
I. Introdução	03
II. Relatório dos Auditores Independentes	04 e 05
III. Extensão dos Trabalhos	06
IV Balanço Patrimonial	07 e 08
Ativo	07
Passivo	08
V. Demonstração de Resultado dos Exercícios	09
VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
VII. Demonstração do Fluxo de Caixa	11
VIII. Demonstração do Valor Adicionado	12
IX. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	13 a 24

Campinas, 13 de março de 2015.

À
**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**

Estivemos nas dependências da **EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**, realizando trabalhos de auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma curta sobre as referidas Demonstrações Contábeis e que compreendem:

Balanco Patrimonial;
Demonstração de Resultado do Exercício;
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
Demonstração dos Fluxos de Caixa;
Demonstração do Valor Adicionado; e
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



STAFF AUDITORIA E ASSESSORIA EPP



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas, Administradores e Conselheiros da

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Campinas, 13 de março de 2015



ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA

CTCRC1SP242826/O-3 S "DF"

Sócio Responsável

EXTENSÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS

Conforme nosso contrato de prestação de serviços foram realizados serviços de Auditoria das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Nossos trabalhos tem que o objetivo de uma auditoria, é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

No caso da maioria das estruturas conceituais de auditoria, para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro.

Uma auditoria conduzida em conformidade com NBC-TAs (Normas Brasileira de Contabilidade – Técnicas de Auditoria Independentes) e exigências éticas relevantes, capacita o auditor a formar essa opinião.

Em nossos trabalhos não evidenciamos nenhum efeito significativo que pudesse ocasionar reflexos substanciais no encerramento das contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Nesta oportunidade os trabalhos realizados incluíram todos os procedimentos normalmente aplicados em exames conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Tais procedimentos foram aplicados nesta etapa dos trabalhos, a fim de que as demonstrações contábeis anuais apresentassem adequadamente a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

BALANÇO PATRIMONIAL

Levantado em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de Reais

ATIVO	Notas	2014	2013
	====	=====	=====
Ativo Circulante		259	15.222
Caixa e equivalentes de caixa	6	133	15.206
Impostos a recuperar ou compensáveis	7	113	16
Adiantamentos a empregados		11	-
Despesas antecipadas		2	-
Ativo Não Circulante		359	-
Imobilizado	8	359	-
Total do Ativo		618	15.222

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

BALANÇO PATRIMONIAL

Levantado em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de Reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2014	2013
	===	=====	=====
Passivo circulante		3.909	756
Fornecedores	9	313	-
Honorários a pagar	10	195	401
Provisões para férias e 13º salário		1.655	71
Impostos e contribuições a recolher	11	1.344	279
Obrigações por cessão de pessoal	13	222	-
Outros		180	5
Patrimônio líquido	15	(3.291)	14.466
Capital social		17.000	15.000
Capital subscrito		50.000	50.000
(-) Capital a integralizar		(33.000)	(35.000)
Resultados Acumulados		(20.291)	(534)
Prejuízo acumulado		(20.291)	(534)
TOTAL PASS. E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		618	15.222

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

Levantado em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de Reais

RESULTADO	Notas	01/01/2014	12/11/2013
		a	a
	====	=====	=====
		31/12/2014	31/12/2013
Despesas Operacionais		(20.314)	(756)
Pessoal e encargos sociais	14	(15.897)	(750)
Materiais e produtos		(35)	-
Serviços de terceiros	17	(4.242)	(6)
Utilidades e Serviços		(68)	-
Despesas Tributárias		(53)	-
Despesa de depreciação		(19)	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		(20.314)	(756)
Resultado financeiro líquido	18	840	222
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL		(19.474)	(534)
Despesa com provisões de IRPJ e CSLL	19	(283)	-
Prejuízo líquido do exercício		(19.757)	(534)
Prejuízo por lote de mil ações		(0,40)	(0,01)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis



**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO
S.A. PPSA
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Levantado em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de Reais

Mutações	Notas	Capital social		Prejuízo acumulado	Total
		Capital subscrito	(-) Capital a integralizar		
Constituição da empresa		50.000	(50.000)	-	-
Integralização de capital	15	-	15.000	-	15.000
Prejuízo do período		-	-	(534)	(534)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		50.000	(35.000)	(534)	14.466
Integralização de capital	15	-	2.000		2.000
Prejuízo do período		-	-	(19.757)	(19.757)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		50.000	(33.000)	(20.291)	(3.291)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Levantado em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de Reais

	01/01/2014	12/11/2013
	a	a
	31/12/2014	31/12/2013
	=====	=====
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(19.757)	(534)
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação e amortização	19	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais	(110)	(17)
Impostos a recuperar ou compensáveis	(97)	(17)
Adiantamentos a empregados	(11)	-
Despesas antecipadas	(2)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais	3.153	756
Fornecedores	313	-
Honorários a pagar	(206)	401
Provisões para férias e 13º salário	1.584	71
Imposto de Renda / CSLL a recolher	-	-
Impostos e contribuições a recolher	1.065	279
Obrigações por cessão de pessoal	222	-
Outros	175	6
Caixa líq. gerados (aplicados) nas ativ. operacionais	(16.695)	206
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de imobilizado	(378)	-
Caixa líq. gerados (aplicados) nas ativ. investimentos	(378)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de capital	2.000	15.000
Caixa líq. gerados (aplicados) ativ. financiamento	2.000	15.000
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	(15.073)	15.206
Demonstração da variação líquida		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	15.206	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	133	15.206
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(15.073)	15.206

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Levantado em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013
Valores expressos em milhares de Reais

	01/01/2014	12/11/2013
	a	a
	31/12/2014	31/12/2013
	=====	=====
Insumos	(2.052)	(6)
Materiais, utilidades, serviços de terceiros e outros	(2.052)	(6)
Valor adicionado bruto	(2.052)	(6)
Depreciação e amortização	(19)	-
Valor adicionado líquido produzido	(2.071)	(6)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	903	222
Valor adicionado total a distribuir	(1.168)	216
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	13.383	653
Remuneração direta	12.547	620
Benefícios	92	-
FGTS	744	33
Governos (Impostos, taxas e contribuições)	2.860	97
Federais (inclui a contribuição previdenciária)	2.808	97
Municipais	52	-
Remuneração do capital de terceiros	2.346	-
Juros	62	-
Alugueis	2.280	-
Outras	4	-
Remuneração dos capitais próprios	(19.757)	(534)
Prejuízo do exercício	(19.757)	(534)
Valor adicionado total distribuído	(1.168)	216

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de Reais

1. Contexto operacional

A Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA (“PPSA” ou “Empresa”), com Escritório Central situado na Avenida Rio Branco, 1 – 4º pavimento, Centro – Rio de Janeiro é uma empresa pública de direito privado, criada pelo Decreto nº. 8.063, de 1º de agosto de 2013, em conformidade com o disposto na Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”), com prazo de duração indeterminado.

A PPSA tem como atividades principais a gestão dos contratos de partilha de produção celebrados pelo MME e a gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, tendo por finalidade maximizar o resultado econômico destes contratos, observando as melhores práticas da indústria do petróleo.

A PPSA ainda representará a União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes, nos casos em que jazidas da área do pré-sal e de áreas estratégicas se estendam por áreas não concedidas ou não contratadas sob o regime de partilha da produção.

A remuneração da PPSA pela gestão dos contratos de partilha de produção será estipulada em função das fases de cada contrato e das dimensões dos blocos e campos, entre outros critérios, observados os princípios da eficiência e da economicidade, que serão regulados em acordo de remuneração a ser celebrado com o MME. Além desta remuneração, a cada leilão de área no polígono do pré-sal, por decisão específica do Conselho Nacional de Política Energética (“CNPE”), a PPSA será contemplada com parte do bônus de assinatura estabelecido na licitação ou contratação direta, cujo pagamento cabe a quem estiver recebendo o direito de atuar na respectiva área.

2. Base de Preparação

A PPSA declara que está adotando as Leis de nº 11.638, de 28 dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo CPC.

Em 13 de março de 2015, a Diretoria Executiva da PPSA autorizou a emissão das demonstrações contábeis reportadas pela Diretoria de Administração, Controle e Finanças, e decidiu pelo seu encaminhamento à deliberação e parecer dos Conselhos de Administração e Fiscal, respectivamente, com vistas à Assembleia Geral Ordinária prevista para o dia 23 de abril de 2015.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da PPSA, e também a sua moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A seguir estão apresentados o principal julgamento e a estimativa contábil utilizados pela Administração da PPSA:

Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece a receita quando: **(i)** o valor da receita pode ser mensurada com segurança; **(ii)** é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Empresa e **(iii)** quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa.

d) Base de mensuração

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (preço) ou indiretamente (derivado de preço), exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo ao final do período das demonstrações contábeis em que ocorrem as mudanças.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

3. Principais políticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Impostos a Recuperar

Impostos a recuperar originaram-se de retenções na fonte oriundas de aplicações financeiras realizadas em aplicações em renda fixa no mercado nacional.

c) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis aos bens necessários para uso da administração.

O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos serão revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

d) Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

e) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no regime de tributação com base no lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Empresa no Brasil são calculados da seguinte forma:

- i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ):** à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240 mil;
- ii) Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL):** à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2014, a Empresa possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que poderiam ser compensados de suas bases tributárias de períodos subsequentes. Entretanto, a Administração da Empresa optou pela alteração de seu regime de tributação para o "lucro presumido" para o exercício de 2014, não apresentando portanto impostos diferidos.

f) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Empresa são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

Em 31 de dezembro de 2014 a PPSA não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

g) Demais ativos e passivos (circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada e apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstrações dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

5. Novos pronunciamentos emitidos pelo IASB

As práticas contábeis adotadas para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são consistentes.

Até a data de divulgação destas demonstrações contábeis, os seguintes pronunciamentos e interpretações contábeis foram emitidos ou sofreram alterações substanciais, porém não eram de aplicação obrigatória para o exercício de 2014:

Pronunciamento			Aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de
No Brasil	Correspondente internacional	Assunto	
(a) CPC 38(R1)	IFRS 9	Instrumentos financeiros	01 de janeiro de 2015

- (a) **CPC 38 (R1)/ IFRS 9:** O CPC 38 (R1) ainda não foi emitido no Brasil. O correspondente internacional, IFRS 9, já foi emitido e encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 “Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração”. O IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. O CPC 38 (R1)/ IFRS 9 traz também alterações nos CPC 39 e CPC 40 (IAS 32 e IFRS 7). Esta norma passa a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015;
- (b) **Tributos IFRIC 21:** Passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014, com o objetivo de estabelecer o momento de reconhecimento de um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos, em consonância com a legislação vigente. Na sua interpretação define tributos e especifica que o fato gerador da obrigação é a atividade que resulta em pagamento do tributo.

Da mesma forma, esclarece que o aproveitamento de uma vantagem econômica não implica em uma obrigação presente para pagamento de tributo, dado que o fato gerador somente ocorrerá em uma operação futura.

A Empresa não espera impactos significativos sobre as demonstrações contábeis na adoção inicial dos novos pronunciamentos e interpretações. O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionadas às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente.

Em decorrência do compromisso do CPC e de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2014	2013
Banco conta movimento	5	-
Aplicações financeiras	128	15.206
Total	133	15.206

As aplicações financeiras são mantidas junto ao Banco do Brasil S.A., no fundo BB Extramercado FAE Fundo de Investimento de Renda Fixa, nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto-lei nº 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

7. Impostos a recuperar ou compensáveis

Descrição	2014	2013
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	33	16
IRPJ a recuperar	80	-
Total	113	16

8. Imobilizado

Descrição	2014	2013
Equipamentos de informática	378	-
Depreciação Acumulada	(19)	-
Total	359	-

9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelo valor justo. Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais.

Descrição	2014	2013
Hewlett Packard Brasil Ltda	78	-
Accenture do Brasil	70	-
Investplan Comp e Sistema de Refrigeração	47	-
Domínio Contabilidade	38	-
Industec Comercio e Serviços	32	-
Teletok Central de Locações	17	-
Domínio Contabilidade	31	-
Total	313	-

10. Honorários a pagar

Valores a pagar referentes honorários da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal que obedecem a verba aprovada na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2014.

Descrição	2014	2013
Honorários da Diretoria	106	316
Honorários do Conselho de Administração	56	50
Honorários do Conselho fiscal	33	35
Total	195	401

11. Impostos e contribuições a recolher

Descrição	2014	2013
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	691	129
INSS retido de terceiros	6	-
INSS a recolher	537	114
FGTS a recolher	110	36
Total	1.344	279

12. Provisão para férias e 13º salário

Descrição	2014	2013
Provisão de férias	1.499	71
Provisão de gratificação natalina	156	-
Total	1.655	71

13. Obrigações por cessão de pessoal

Descrição	2014	2013
Advocacia Geral da União – AGU	90	-
ANP	44	-
Caixa Econômica Federal – CEF	88	-
Total	222	-

14. Remuneração dos administradores (Pessoas-Chave)

Conforme registrado na Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2014, foi estabelecido em R\$ 5.171 mil o montante da remuneração global a ser paga a diretores e conselheiros, no período de abril de 2014 a março de 2015. Novo limite para os doze meses subsequentes será objeto de deliberação na próxima AGE, cuja realização é prevista para o dia 23 de abril de 2015.

A maior e a menor remuneração estabelecidas para o período vigente são, respectivamente, de R\$ 67.541,50 e de R\$ 6.520,35.

O detalhamento das despesas com honorários encontra-se na Nota Explicativa nº 16.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito da PPSA, conforme Artigo 3º do Decreto nº 8.063/2013, é de R\$ 50 milhões, representado por 50.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, tendo sido integralizados em 12/11/2013 e em 27/08/2014, pela União, acionista detentora de 100% do capital social, os valores de R\$ 15 milhões e R\$ 2 milhões respectivamente.

b) Detalhamento	2014	2013
Capital	50.000	50.000
(-) Capital a integralizar	-33.000	-35.000
Lucro (prejuízos acumulados)	-20.291	-534
Total	-3.291	14.466

c) Distribuição de dividendos

O estatuto social da PPSA, capítulo IX, Artigo 47, inciso II, estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado para pagamento de remuneração ao seu acionista.

Em 2014, a PPSA apurou prejuízo contábil.

16. Pessoal e encargos sociais

Descrição	2014	2013
Honorário da diretoria	3.469	523
Honorários do conselho de administração	457	50
Honorários do conselho de fiscal	195	35
Salários de empregados	6.332	-
Encargos sociais	3.269	142
Benefícios	92	-
Férias	1.447	-
13º salário	636	-
Total	15.897	750

17. Serviços de terceiros

Descrição	2014	2013
Viagens e hospedagens	307	
Despesas de funcionamento	2.362	
Apoio técnico e administrativo	273	-
Cessão ou requisição de pessoal	815	-
Cursos, seminários e convenções	52	-
Contabilidade e auditoria	168	-
Serviços gerais	142	6
Outros serviços	123	-
Total	4.242	6

18. Resultado financeiro líquido

Descrição	2014	2013
Renda de aplicações financeiras	903	222
Despesas financeiras	-63	-
Total	840	222

19. Despesa com provisões de IRPJ e CSLL

A PPSA optou no ano base 2014 pela tributação pelo lucro presumido (2013 lucro real). O lucro presumido é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, à apuração do lucro real.

A base de cálculo do lucro presumido aplicável à Empresa para o IRPJ e CSLL é de 32% sobre a receita operacional bruta somadas às receitas financeiras, utilizando-se as alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

Descrição	2014	2013
Imposto de renda pessoa jurídica	202	-
Contribuição social sobre o lucro líquido	81	-
Total	283	-

20. Eventos subsequentes

a) Acordo de Remuneração com o MME

No decurso de 2015, a Empresa deverá celebrar com o MME acordo de remuneração pela gestão dos contratos de partilha. O objeto deste acordo é o de estabelecer a remuneração da PPSA como contrapartida à gestão dos contratos de partilha de produção para exploração e produção de petróleo e gás natural, inclusive parcela que lhe for destinada a título de bônus de assinatura nos respectivos contratos, à gestão dos contratos de comercialização de petróleo e gás natural da União, e à representação da União nos Acordos de Individualização de Produção de petróleo e gás natural, celebrados entre a PPSA e os detentores de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil, sob qualquer regime.

b) Recursos Orçamentários

A Medida Provisória nº 667, de 02/01/2015, aprovou, na forma de crédito extraordinário o aporte de capital no valor de R\$ 6 milhões. Este valor corresponde a 30% do orçamento fiscal do MME aprovado na Lei Orçamentária Anual ("LOA") de 2015.

Oswaldo Antunes Pedrosa Junior
Diretor-Presidente

Renato Marcos Darros de Matos
Diretor de Gestão de Contratos

Edson Yoshihito Nakagawa
Diretor Técnico e de Fiscalização

Antônio Cláudio Pereira da Silva
Diretor de Administração, Controle e Finanças

Mauro Braz Rocha
Gerente de Controle Contábil e Finanças

Paulo Roberto Queiroz de Albuquerque
Contador b - CRC RJ 023.013/O-1
Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA

Irineu dos Santos
Contador - CRC1SP 257251/O-0 "S" RJ
Mazars Cabrera Consultoria Contábil e Tributária Sociedade Simples Ltda.